

RELATÓRIO

SEMINÁRIO “VIOLÊNCIA E ARMAS LIGEIRAS: UM RETRATO PORTUGUÊS” NÚCLEO DE ESTUDOS PARA A PAZ (NEP/CES) COIMBRA, 30 E 31 DE OUTUBRO DE 2008

1. Instituição organizadora

O Núcleo de Estudos para a Paz do Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra (NEP/CES) tem já um percurso sólido de investigação nas áreas da paz e dos conflitos, particularmente no espaço das antigas colónias portuguesas. Recentemente, o NEP/CES tem vindo a desenvolver investigação no domínio da violência armada, com um enfoque especial nas suas dimensões de género. Em 2005, o NEP/CES coordenou, em parceria com a ONG brasileira Viva Rio, o projecto “Mulheres e Meninas em contextos de violência armada: um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro”, encontrando-se presentemente a desenvolver os projectos de investigação “Mulheres e violências armadas. Estratégias de guerra contra mulheres em contextos de não guerra” (Rio de Janeiro, São Salvador e Medellín) e “Violência e armas ligeiras: um retrato português”. O Núcleo está inserido no Centro de Estudos Sociais, que tem vindo a desenvolver estudos interdisciplinares sobre as múltiplas dimensões dos processos de globalização e seus impactos, bem como sobre as tensões e actores principais da agenda Norte-Sul.

2. O projecto de investigação

Objectivos

O principal objectivo do projecto de investigação “Violência e Armas Ligeiras: um retrato português”, no qual se insere este seminário, é contribuir para a caracterização multidimensional da disseminação de armas de pequeno porte em Portugal, combinando metodologias quantitativas e qualitativas, com vista à elaboração de propostas de boas práticas e políticas de prevenção e redução da violência armada no país. Em concreto, pretende-se mapear a oferta legal e ilegal de armas de fogo, identificar os seus utilizadores e/ou portadores e as suas motivações (segundo sexo, idade e classe social), bem como investigar os impactos diferenciados da violência armada e analisar as respostas e estratégias de prevenção e combate à violência armada, protagonizadas pelo Estado e pela sociedade civil.

3. Seminário

Objectivos

O principal objectivo do seminário foi traçar uma agenda de investigação e acção no domínio do controlo de armas em Portugal, nomeadamente através da produção de contributos teóricos, metodológicos e empíricos sobre as várias dimensões abrangidas pelo projecto – oferta de armas ligeiras, procura, impactos e respostas.

Resultados esperados

- Uma edição especial do P@x, o boletim online do NEP/CES, sintetizando os principais contributos e conclusões do seminário.
- A consolidação de uma rede de organizações e peritos sobre o tema do projecto.

AGENDA

Local: Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Data: 30 e 31 de Outubro de 2008

Dia 1 | 30 de Outubro de 2008

PAINEL 1 | A OFERTA DE ARMAS DE PEQUENO PORTE: PRODUÇÃO, FLUXOS E MERCADOS ILEGAIS

10:30/11:00 | *Fluxos globais de armas de pequeno porte e diluição dos espaços de guerra e paz.*

Rebecca Peters (IANSA)

Questões

- 1) Quais são os principais fluxos (legais e ilegais) de armas de pequeno porte a nível global?
- 2) Quais são os efeitos destes fluxos na diluição dos espaços de guerra e paz? Que transferências geográficas?
- 3) Porque se fabricam armas no século XXI?

Respostas

- O comércio internacional de armas de fogo ronda os 5 mil milhões de dólares anuais, estimando-se que cerca de mil milhões provenham do mercado ilegal. 74% das armas de fogo legais encontram-se em posse civil, e apenas 25,9% se encontram nas mãos de forças governamentais (forças armadas e polícia). Para termos uma ideia, o comércio mundial de café é maior (em termos de receitas) do que o comércio de armas. No entanto, este último, provoca danos muitíssimo mais graves.
- Segundo dados do COMTrade¹ para o ano de 2004, os maiores importadores legais de armas de pequeno porte, a nível mundial, são os EUA, a Arábia Saudita, a Alemanha, a França, o Reino Unido, o Egipto e a Holanda. Entre os maiores exportadores mundiais estão os EUA, a Rússia, a Itália, a Alemanha, o Brasil, a Bélgica e o Canadá. O volume de importações de armas legais, em Portugal, no ano de 2004, foi de 40 milhões de dólares, tendo exportado o correspondente a 16 milhões de dólares. Alguns dos maiores doadores de ajuda pública ao desenvolvimento, nomeadamente os EUA, o Canadá, a Bélgica e a Alemanha constituem, igualmente, os maiores importadores e exportadores de armas de fogo a nível mundial.
- O mercado ilegal de armas de pequeno porte é alimentado pelos desvios de armas dos mercados legais, seja por meio de roubos, extravios, intermediação (*brokering*) ou tráfico formiga² (como por exemplo, entre os EUA e o México, onde cerca de 90% das armas usadas no crime são provenientes dos EUA). Contrariamente ao comércio de drogas, que é ilegal ao longo de todo o ciclo de vida (produção, transferências e uso), a maioria das

¹ *United Nations Commodity Trade Statistics Database* (UN COMTrade), gerido pelas Nações Unidas.

² Tráfico formiga é a designação atribuída a tráfico de pequenas quantidades de armas, feito de forma pouco organizada.

armas produzem-se de forma legal e, por isso, controlada, sendo desviadas depois para os mercados ilegais.

- Por sua vez, a disseminação legal e ilegal de armas de pequeno porte tem conduzido à erosão das distinções entre guerra e paz, crime e guerra, alimentando uma nova (intra-estatal, na qual assumem maior protagonismo forças não estatais) e novíssima conflitualidade violenta (urbana).
- No século XXI, as armas de pequeno porte são produzidas com fins militares e policiais, de auto-defesa, segurança privada, caça e auxílio ao crime. No mundo, 40% dos stocks militares de armas são excedentes, sendo produzidas anualmente 1 900 milhões de armas. Por cada 10 armas de fogo militares fabricadas, apenas 1 é destruída.

11:00/11:30 | *O desvio de armas ligeiras de mercados legais para ilegais*

Julio Purcena (Viva Rio, Brasil)

Questões

- 1) Como se processa o desvio de armas e munições de mercados legais para mercados ilegais no Rio de Janeiro e/ou no Brasil?
- 2) Quais os factores de risco que condicionam os desvios?
- 3) Quais os métodos de pesquisa do Viva Rio para apurar estes dados?

Respostas

- No Brasil, a maioria das armas de pequeno porte encontra-se em posse civil; apenas 10% das armas se encontram em mãos militares. Tradicionalmente, as armas que eram consideradas uma ameaça à segurança pública eram as armas estrangeiras de uso restrito no Brasil, tais como fuzis de assalto e metralhadoras, de produção estrangeira. Com o início do trabalho do Viva Rio, em 2000, particularmente depois da construção base de dados das armas acauteladas pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (num dos estados mais violentos do país), as armas de pequeno porte de produção nacional passaram a ser consideradas relevantes. Diversas pesquisas feitas por esta instituição mostraram que a maioria das armas apreendidas pela polícia eram revólveres e pistolas de fabricação brasileira. Entre os principais utilizadores de armas ilegais, encontram-se os cidadãos envolvidos na criminalidade organizada, delinquentes comuns, milícias, garimpeiros e madeireiros ilegais, cidadãos individuais e empresas de segurança privada informal/irregular. A pesquisa do Viva Rio³ no Rio de Janeiro questionou assim o mito do arma do bem do “cidadão de bem”, chegando à conclusão de que 27 % das armas ilegais em circulação no Brasil eram de cidadãos e/ou empresas informais de segurança privada que não possuíam registro prévio.
- Factores de risco relativamente ao desvio das armas de fogo no Rio de Janeiro e/ou Brasil dos mercados legais para os ilegais (ie. armas ilegais de uso criminal e armas ilegais de uso informal): em primeiro lugar, de ordem interna:
 - a) os roubos, furtos e vendas ilegais,
 - b) os roubos, perdas e vendas por parte dos agentes da lei;
 - c) o aumento da violência urbana, sobretudo entre jovens.

Em segundo lugar, de ordem externa:

- a) desvio de países limítrofes,

³ Fernandes, Rubem César (2005), *Brasil: As armas e as vítimas*, Rio de Janeiro: 7 Letras.

b) a permeabilidade do Brasil ao tráfico de armas, dada a sua tríplice fronteira: acentuou o uso de arma de fogo em actividades criminosas e aumentou procura de armas de defesa,
c) conflitos internos em países limítrofes, como a Colômbia.

- Sobre o método de investigação do Viva Rio, realça-se a importância de estabelecer parcerias com entidades oficiais. O trabalho do Viva Rio no domínio do controlo de armas começou com a celebração de um acordo de cooperação com a Polícia Civil do Rio de Janeiro, responsável pelo registo de armas apreendidas e registadas, e em específico com a oferta por parte do ISER para informatizar a base de dados de 1950 a 2003. Foi ainda estabelecida uma parceria com a Câmara de Deputados que tinha uma equipa a trabalhar sobre tráfico ilegal.
- Quanto a formas de calcular a dimensão dos mercados ilegais de armas de fogo, o método usado parte do pressuposto de que as armas apreendidas são uma amostra das armas em circulação em termos globais. A partir da percentagem conhecida das armas apreendidas com registo prévio e conhecendo o universo total de armas registradas actualmente, é estimado o número total de armas em circulação aplicando a mesma proporção.

11:30/12:00 | *A oferta de armas de fogo em Portugal: um olhar sobre os circuitos de importação e exportação e mercados ilegais.*

Alfredo Esberard (Unidade de Combate ao Banditismo, Polícia Judiciária)

Questões

- 1) Quais as características da indústria nacional de armas de pequeno porte e armamento ligeiro (empresas e Estado) relativamente à produção anual, volume e valor, importância para a economia interna e finalidades?
- 2) Qual o papel de Portugal/Península Ibérica na rota do comércio internacional de armas de pequeno porte e armamento ligeiro (importação, exportação e trânsito)? Quais são os parceiros comerciais preferenciais?
- 3) Qual o papel de Portugal nos circuitos ilegais deste tipo de armas? Qual é o seu volume e valor? De que tipos de armas falamos?
- 4) Quais são os tipos de armas mais comuns em circulação?

Respostas

O real conhecimento do tráfico de armas de fogo continua, por vicissitudes várias, a não ser completamente estudado e conhecido na EU e, por consequência, também em Portugal. Factores histórico-culturais que associam, um pouco por toda a Europa, a posse de armas, segurança pessoal e defesa da propriedade surgem também como factores que permitem a proliferação de armas de fogo. Por esse motivo, a legislação (ou insuficiente previsão legal) nalguns Países permite ou facilita a disseminação de armas de fogo por todo o espaço da União à qual, naturalmente, Portugal não está imune. Por estes motivos e à semelhança daquilo que sucede na generalidade dos Países, o fenómeno não se encontra devidamente estudado.

- Sabe-se, no entanto, que:
 - a. A produção nacional é residual;

- b. A origem mais comum das armas de fogo do mercado paralelo em Portugal: roubo/furto em residências e armeiros (sobretudo em Lisboa, no caso das caçadeiras) e descuido dos proprietários;
 - c. Se verificou um aumento da posse de armas em bairros periféricos (factor de afirmação interna e externa no grupo);
 - d. As armas de mão (revólver e pistola) são as preferidas e mais comuns na prática de crimes; para além disso há uma grande expressão das réplicas em Portugal (sobretudo utilizadas em crimes contra a propriedade);
 - e. As armas transformadas (de alarme e de gás, sobretudo) são mais utilizadas para efeitos criminais – mais baratas. Estas armas são representativas, estatisticamente;
 - f. Uma das particularidades de Portugal é a utilização das caçadeiras, em particular de canos cerrados – em assaltos a bancos, carrinhas de transportes de valores;
 - g. Perante os diferentes regimes regulatórios globais, Portugal aproxima-se de modelos mais restritivos;
- *Rotas de circulação*
 - a) Região dos Balcãs Ocidentais – Croácia, Macedónia e Turquia: mercado legal e ilegal – principal fonte de armas ilegais na UE – armas desviadas das forças militares e segurança e remanescentes da guerra.
 - b) Armas de alarme e gás fabricadas em Itália, transformadas no Sul da União Europeia e apreendidas no centro da UE (Alemanha e Holanda). Estas rotas aproveitam o facto de existirem comunidades migrantes que se movimentam no espaço da União e sobretudo entre Portugal e centro da Europa.
 - c) Participação portuguesa nestas rotas: fluxo de armas entre Portugal e Itália, sobretudo armas transformadas. Associação às rotas de tráfico de drogas (encostado a estas) e tráfico de pessoas – auxílio à imigração ilegal, por exemplo.

12:00/12:30 | *Comentário*

Fernando Roque de Oliveira (Observatório Permanente sobre a Produção, Comercialização e Proliferação de Armas Ligeiras – OPPCPAL/CNJP)

- Não é verdade que as armas são meros instrumentos e não são perigosos *per se*; os usos acidentais e as suas consequências são a prova de que não é assim.
- É fundamental acompanhar o processo de substituição das armas das forças armadas, a realizar através de concurso internacional e agendado para breve, de forma a evitar que alimentem fluxos de armas ilegais no mundo.
- Paradoxalmente, a Lei 5/2006 pode ter efeitos perversos, uma vez que pode potenciar o recurso ao mercado paralelo de armas de pequeno porte como reacção social ao seu carácter restritivo.

14:30/15:00 | *Jovens utilizadores de armas de fogo: notas sobre América Central*

Daniel Luz (Coordenador do Programa de Segurança Humana, Viva Rio, Brasil)

Questões

- 1) Quais são as motivações/incentivos (reais e percebidos) para a posse e uso de armas por parte de jovens, na América Latina? Existe diferença entre o sexo masculino e feminino?
- 2) O que simboliza uma arma de fogo para os jovens que as utilizam?
- 3) Qual a tipologia de usos de armas de fogo por estes jovens?

Respostas

- Há que ter em atenção os problemas e imprecisões das definições e alguns mitos que permeiam os debates sobre a associação jovens/armas de fogo, bem como as dificuldades de produção de conhecimento neste domínio (a obtenção de informação credível pressupõe a criação de confiança, que constitui um processo moroso, e além disso que caduca com muita rapidez).
- Existe um notório risco de criminalização da juventude se não se investir na distinção entre *maras*, gangs e violência armada organizada.
- A existência de gangs não é um problema em si, mas sim expressão de um problema, gerado pelo abandono político, social e económico. Na verdade, os gangs correspondem muitas vezes a um sistema de bem-estar social eficaz e paralelo, mas de base violenta.
- Entre os *mitos a ser combatidos* neste domínio encontramos:
 - a) A questão das *motivações* dos jovens para a adesão à violência armada: a assumpção base é a de que as motivações económicas, como a busca de emprego e protecção são as mais relevantes, mas, na verdade, o desejo de obtenção de poder, estatuto e sexo encontram-se geralmente acima das motivações económicas;
 - b) A *classe social* dos elementos que integram estes grupos: decorrente da assumpção das motivações económicas enquanto factor principal de mobilização, presume-se que a pertença a estes grupos seja maioritária nas classes mais baixas da sociedade; todavia o caso da Guatemala, por exemplo, demonstra o contrário;
 - c) A *idade* dos integrantes: a mediatização excessiva da criminalidade armada protagonizada por crianças, alimentada pela confusão entre crianças e jovens, tem tido repercussões importantes e perversas nos debates sobre a prevenção e resposta à violência armada, sobretudo na América Latina, onde têm sido avançadas propostas de redução da maioridade penal;
 - d) O nível de incidência violenta destes grupos: o mais fácil em caso de violência é culpabilizar as *maras*, o tráfico de drogas.
- No que diz respeito à violência grupal, existe um *continuum* na América Latina: trata-se de processos semelhantes, assentes na criação de sentimentos de pertença e polarização, geralmente em articulação com a pequena criminalidade, sobretudo o tráfico de drogas, ainda que com diferentes nomes, diferenças de intensidade e uso de armas de fogo.
- Em alguns contextos africanos, a realidade é semelhante, assistindo-se, com o fim dos conflitos armados, à transição de crianças-soldados a jovens armados, muitas vezes sem o apoio adequado dos doadores na elaboração de estratégias de resposta a esta expressão

violenta. Dadas as diferenças marcantes entre COAV⁴ e crianças-soldados, - CO visa o lucro, tratando-se de uma rede social de poder, um sistema de protecção social que tem de ser compreendido- as ferramentas existentes, nomeadamente em termos de desmobilização, desarmamento e reintegração (DDR), são insuficientes e têm de ser adaptadas, sendo este um dos principais objectivos do projecto COAV, impulsionado pela ONG Viva Rio.

- Uma das experiências de sucesso na resposta à proliferação de gangs teve lugar em Barcelona e consistiu num projecto de intervenção rápida de conversão dos *Latin Kings* e *Nietas* em ONG, oferecendo, em troca da renúncia total à violência, uma sede, uma estrutura organizativa e acesso a fundos para projectos, entre outros.

15:00/15:30 | O impacto das características da personalidade no uso das armas de fogo

Cristina Soeiro (Psicóloga, Polícia Judiciária)

Questões

- 1) Qual é o impacto das características da personalidade no uso das armas de fogo?
- 2) Existem perfis traçáveis dos utilizadores de armas de fogo? A procura de armas de fogo em Portugal tem raça, género e idade?
- 3) Quais são os tipos de crime cometidos com recurso a armas de fogo? É possível traçar distribuição geográfica? São cometidos com armas legais ou ilegais? Quais?

Respostas

- O uso de armas de fogo é influenciado por características individuais, com destaque para o género e traços de personalidade, como a impulsividade e baixo auto-controlo (utilização como forma de obtenção de poder e domínio).
- No comportamento criminal, o recurso a armas de fogo surge associado a um conjunto variado de tipos de crime, como homicídio e roubo, sendo expressiva a sua utilização nestes casos (sobretudo revólveres e caçadeiras), e também violência sexual, onde o recurso a armas de fogo é menor em termos quantitativos.

15:30/16:00 | Os jovens e o não envolvimento na violência armada

Juliana Tibau (Luta pela Paz, Brasil)

Questões

- 1) Quais são as motivações/incentivos (reais e percebidos) para o não envolvimento na violência armada de jovens do sexo masculino e feminino?
 - 2) Como é que essa recusa molda e é moldada por identidades de género?
 - 3) Que tipo de estratégias existem no âmbito da prevenção e resposta à procura de armas de fogo e quais são os seus factores de sucesso?
- No trabalho desenvolvido na ONG Luta pela Paz, na Favela da Maré, Rio de Janeiro, foram identificados os seguintes *factores de risco* para a utilização de armas de fogo:

⁴ Crianças em Violência Armada Organizada.

pobreza e desigualdade social; falta de opções económicas devido à baixa escolaridade e altas taxas de desemprego; marginalização social por preconceito (por exemplo, nos curriculum vitae os habitantes da comunidade omitem o local de residência); violência estrutural e ausência do Estado; violência de grupos rivais; problemas familiares e violência intra-familiar; carência de recursos de lazer.

- *Motivos para o não envolvimento* de jovens, na experiência do projecto: Recuperação da auto-estima individual e significação pessoal (importância de dar protagonismo e reconhecimento aos jovens); formação da cidadania (conhecimento de direitos e responsabilidades); suporte educacional, reforço extra-curricular; preparação para o mercado de trabalho.
- Necessidade de uma abordagem de género, nos projectos desenvolvidos para jovens “em situação de risco”. O projecto inicial, que consistia somente na oferta de aulas de boxe para jovens do sexo masculino, rapidamente teve que ser ampliado de forma a incluir o sexo feminino, por exigência das próprias jovens. Actualmente 60% dos participantes são do sexo masculino e 40% do sexo feminino.
- O Luta pela Paz assenta em cinco pilares: desporto (atractivo e canalizador de adrenalina e agressividade), acção social, trabalho, educação, liderança jovem (representação da Maré noutros bairros e inclusão de dez jovens na direcção – Conselho Jovem).

Para mais informações: <http://www.fightforpeace.net/>

12:00/12:30 | Comentário

Luís Gouveia Monteiro (Jornalista)

- Sendo a estimativa mundial de armas/pessoa avançada pela Amnistia Internacional de 1 arma para cada 10 pessoas; em Portugal a situação é preocupante, uma vez que a estatística dobra, se tivermos em conta a existência de 1 milhão e 400 mil armas legais.
- Existe uma relação entre a ausência de Estado e os fenómenos violentos que tem de ser tida em conta, como demonstram os exemplos da Quinta da Fonte e da Escola da Apelação. O facto de o contrato social não existir nestes cenários legitima comportamentos violentos e auto-exclusão.
- É necessário estarmos atentos aos efeitos da visibilidade imediata e descontextualizada da violência, que tendem a propiciar a aceleração de respostas, sobretudo de natureza reactiva.

PAINEL 3 | IMPACTOS DIFERENCIADOS DA VIOLÊNCIA ARMADA

Comentário: Amnistia Internacional e União Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR)

17:00/17:30 | Os impactos da violência armada na vida das mulheres

Sarah Masters (IANSÁ/Rede de Mulheres)

Questões

- 1) Quais os principais impactos da violência armada na vida da população, em contextos de conflito armado, pós-guerra, situações de paz formal?
- 2) Estes impactos são diferentes para o sexo masculino e feminino?
- 3) Que tipo de estratégias têm sido accionadas para lhes dar resposta?

Respostas

- No mundo, a maioria das armas ligeiras e de pequeno calibre estão na posse de homens, constituindo estes as suas vítimas preferenciais (morte e ferimento). Contudo, as mulheres são igualmente afectadas pelas armas de fogo, de forma directa (ferimento, incapacidade, intimidação e trauma), uma vez que a presença de armas de fogo tende a facilitar e perpetuar violência de género, e indirecta (sequelas psicológicas e fardo económico-social).
- Independentemente do contexto – conflito ou paz – e da causa imediata da violência, a presença de armas de fogo surte o mesmo efeito: aumenta o perigo sentido pelas mulheres. A violência contra as mulheres na família e na comunidade e a violência contra mulheres resultante de repressão estatal e/ou conflito armado são parte de um *continuum*. As armas de fogo alimentam a violência contra as mulheres, quer em tempos de paz, quer em tempos de Guerra. Por exemplo, a presença e uso de armas de fogo facilita e perpetua o tráfico de mulheres, prostituição forçada e violência sexual.
- O facto de 2/3 das armas ligeiras estarem nas mãos de civis dá-nos algumas indicações acerca dos perigos que as mulheres e as comunidades enfrentam. Entre os perpetradores de violência, estão supostos responsáveis pela protecção e segurança pública, como forças policiais e forças armadas ou grupos não estatais, bem como colegas de trabalho, familiares e companheiros.
- Apesar da ênfase a nível nacional na relação entre armas de fogo ilegais e criminalidade, as armas legais são os principais instrumentos usados nos homicídios que têm lugar na esfera doméstica em muitos países. Na verdade, a presença de armas de fogo no espaço familiar é mais facilmente utilizada como instrumento de intimidação ou ferimento do agregado familiar do que contra um eventual intruso. Um estudo conduzido nos EUA, em 2003, demonstrou que a presença de armas de fogo no espaço familiar aumenta o risco de morte de membros do agregado familiar em 41%, sendo que, no caso das mulheres, esta percentagem triplica (272%)
- A violência de género perpetrada com arma de fogo é apoiada em factores culturais e atitudes de género que atribuem o papel de protecção das mulheres aos homens, equacionam a masculinidade com a posse e uso de armas de fogo e fomentam de forma subtil ou directa o apoio a comportamentos associados a formas de masculinidade violenta. As atitudes das mulheres contribuem, algumas vezes, para este apoio, associando masculinidade com o uso e porte de armas e encarando as agressões com recurso a armas por parte dos homens como aceitáveis.
- A relação mulheres e armas de fogo é complexa. As mulheres não só são mortas e feridas em virtude do uso de armas de fogo, mas também desempenham outros papéis – perpetradoras de violência armada; apoiantes, encorajando o uso de armas de fogo e activistas anti-armas.

17:30/18:00 | O contexto do femicídio e o uso de armas de fogo em Portugal

Íris Almeida (Psicóloga, Polícia Judiciária)

Questões

- 1) Qual a dimensão conhecida da violência doméstica armada em Portugal (uso directo e intimidação)?
- 2) Que tipo e que modelos de armas de fogo são utilizados?
- 3) Como avalia as disposições relativas à violência doméstica previstas na lei 5/2006?

Respostas

- Sabemos que entre 80 e 90% das vítimas de violência com armas de fogo e dos utilizadores destas armas, no mundo, são homens.
- As armas de fogo são potenciadoras de “homicídios de proximidade” (relações íntimas de morte). Este cenário caracteriza também Portugal (no caso estudado, a grande Lisboa).
- As motivações apontadas para o femicídio são o ciúme e o medo da perda.

18:00/18:30 | Para uma análise dos custos da violência armada em Portugal

Sandro Mendonça (Economista, ISCTE)

Questões

- 1) Como medir os custos directos e indirectos da violência armada?
- 2) Que áreas podem ser tidas em conta, para além da saúde na contabilização destes custos?
- 3) Que tipo de indicadores devem ser tidos em conta para além dos índices de mortalidade por armas de fogo?
- 4) Como adaptar e coordenar os sistemas de informações e dados dos serviços públicos (por exemplo, sistema de saúde, dados das forças de segurança) para obter estes dados?

Respostas

- Ao pensar em custos da violência, uma das primeiras questões a definir é “o que se quer dizer com custos?”. De seguida, é necessário identificar o/s tipo/s de custos que precisamos de quantificar (privados/sociais; brutos/líquidos; objectivos/subjectivos; directos, por exemplo, custos médicos/indirectos - produtividade perdida ou onerosidade da gestão do risco social).
- A complexidade é grande e é importante disciplinar os múltiplos aspectos dos custos com um enquadramento conceptual robusto e flexível. É possível desenvolver uma grelha de análise com geometria variável com um encadeamento de categorias que permita operacionalidade empírica e profundidade crítica. Isto é, podemos referir-nos a i) custos monetários directos com a violência, por exemplo, despesas médicas associadas ao tratamento das vítimas, ii) custos indirectos ou custos de oportunidade, por exemplo, o valor económico perdido por a vítimas terem sido subtraídas à força de trabalho, iii) custos sociais relacionados com perdas dificilmente monetizáveis (valores sociais como confiança, tranquilidade, etc.) mas ainda assim financeira e economicamente (mas não só) importantes para a sociedade, por exemplo, proliferação do medo e da desconfiança entre os indivíduos sociais fazendo subir os custos de transacção na realização dos assuntos correntes da vida social.
- É igualmente importante aferir o peso relativo do negócio das armas de fogo e de quem lucra com os seus efeitos/utilização versus o peso efectivo dos custos. Embora não seja sensato assumir-se que uma vítima procura a violência com que é atingida (a violência para a vítima não é um "bem" que se vá comprar no mercado, mas antes um "mal" pelo qual se pode eventualmente pagar para não consumir), aplicar o esquema clássico dos economistas (análise por via do estudo da "procura e oferta") pode ter utilidade instrumental num primeiro, e superficial, nível de análise. Este esquema simples (simplista) da actividade económica pode depois ser superado por um entendimento mais realista da "cadeia de valor" da violência (esquema conceptual que salienta a infra-estrutura institucional das actividades com importância num dado sistema económico). Se a violência é um negócio, então, este pode ser decomposto

em dimensões (compra, venda), fases (produção, distribuição, mediatização, etc.), actores (perpetradores, associações de bairro, polícia, imprensa, etc.), e tecnologias (armas de fogo, armas brancas, armas "não-letais", etc.)

Dia 2 | 31 de Outubro

PAINEL 4 | ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA ARMADA⁵

10:30/11:00 | *A participação portuguesa no Programa de Acção das Nações Unidas para Prevenir, Combater e Erradicar o Comércio ilícito de Armas e dos Seus Componentes.*

José Merca (Departamento de Armas e Explosivos/PSP)

Questões

- 1) Qual tem sido o papel de Portugal nas NU no acompanhamento do Plano da Acção?
Qual é a estratégia? Com que parceiros?
 - 2) Como avalia o processo globalmente a partir da sua experiência?
- Não obstante o carácter não vinculativo e burocrático do processo, a participação portuguesa no processo das Nações Unidas tem sido positiva, sendo a lei 5/2006 sobre armas e munições balizada pelo Programa de Acção (PoA) da ONU para Prevenir, Combater e Erradicar o Comércio Ilícito de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre em Todos os seus Aspectos. O envolvimento português permitiu igualmente o estabelecimento de pontos de contacto nacionais, o reforço das medidas de marcação de armas e uma melhor articulação entre a polícia e os actores diplomáticos, com a assessoria do Departamento de Armas e Explosivos da Polícia de Segurança Pública (DAE) na missão portuguesa nas Nações Unidas.
 - Existem, todavia, aspectos menos conseguidos da participação portuguesa e, em especial, da transposição das disposições do Programa de Acção para a lei e realidades portuguesas. Por exemplo, o certificado de utilizador final para armas destinadas a fins civis introduzido pelo PoA para efeitos de exportação de armas ligeiras e de pequeno calibre para países terceiros ainda não existe em Portugal, existindo apenas em relação às armas para fins militares. Não existe igualmente uma organização centralizada de recolha e tratamento de dados, nem de produção de estudos científicos, como é sugerido pelo PoA. A questão das armas ligeiras e de pequeno calibre é da competência de duas entidades, uma tutelada pelo Ministério da Defesa Nacional (a Direcção Geral de Armamento e Equipamento de Defesa) e outra pelo Ministério da Administração Interna (o Departamento de Armas e Explosivos da Polícia de Segurança Pública). Outro aspecto ainda deficitário é o grau de padronização de critérios de classificação das armas ligeiras e de pequeno calibre – por exemplo, segundo a lei 5/2006 uma espingarda é considerada uma carabina, ao contrário das disposições internacionais. Por fim, outro elemento a melhorar é a articulação com a sociedade civil, ainda pouco estruturada presentemente.

⁵ Participação reservada a convidados/as.

11:30/12:00 | As campanhas de desarmamento civil

Daniel Luz (Viva Rio, Brasil)

Questões

- 1) Que estratégias de prevenção e redução da violência existem/devem ser elaboradas em função dos perfis dos proprietários e utilizadores de armas (jovens, identidades sexuais, etc.)? Como definem público-alvo e quais são os seus resultados?
 - 2) Quais os impactos das campanhas de desarmamento?
 - 3) Existem outras hipóteses (legislativas e outras)?
- Em Espanha, a sociedade civil, cujo núcleo era constituído pela Amnistia Internacional, Greenpeace, Médicos Sem Fronteiras e Intermón Oxfam, mobilizou-se em torno da oposição à cultura de sigilo das transferências de armas, apostando em dar visibilidade ao uso de armas espanholas em contextos de conflito armado, como no Ruanda. A estratégia de acção pautou-se pela sensibilização da opinião pública, comunicação e lobby político, apoiada na investigação.
 - No Brasil, a sociedade civil mobilizou-se nas fases de preparação e campanha pelo Estatuto do Desarmamento, constituindo uma das suas principais vitórias. O papel de actores sociais tem sido igualmente importante na produção e disseminação de conhecimento sobre a realidade da violência armada no Brasil, sobretudo no que diz respeito aos impactos.
 - Boas armas: uso do cinema, da fotografia, aposta numa melhor articulação entre a sociedade civil e política, sustentadas por investigação e estatísticas fiáveis.

12:00/12:30 | *Estratégias de prevenção e combate da violência: a experiência do Moinho da Juventude.*

Silvino Furtado e Lieve Meersschaert (Moinho Juventude)

- O bairro da Cova da Moura é geralmente retratado com um território “sem lei”, objecto de notícia e atenção política apenas episodicamente, sobretudo em momentos de escalada de violência, como em 2001, aquando da morte de um jovem do bairro pela Polícia e, em 2005, na sequência do assassinato de um polícia. Por oposição, as iniciativas de paz e solidariedade, como as marchas pela paz e os encontros promovidos entre a polícia e a comunidade tendem a ser esquecidos. Esta perspectiva é reforçada pela especulação imobiliária.
- Relativamente às estratégias de prevenção e resposta à violência e exclusão, a actuação do Moinho da Juventude têm-se centrado na formação de agentes de interligação, na sua maioria mulheres, que acompanham agregados familiares no bairro e intervêm no domínio do acompanhamento escolar, alcoolismo e toxicodependência; bem como de peritos de experiência, ie. uma pessoa que adquiriu a sua autoridade na base da reflexão sobre a sua experiência de vida e não na base da aquisição sistemática de conhecimentos. O trabalho com os Peritos de Experiência decorre a nível europeu em parceria com organizações belgas, holandeses, alemãs, tendo a figura o reconhecimento do ministério da belga.
- Exemplos de projectos em curso: Sabura, que consiste na realização de visitas guiadas, dando a conhecer a cultura, gastronomia e hospitalidade da comunidade, e que conta com

o apoio do ACIDI. O trabalho dos jovens no Estúdio de gravação, o grupo do Kola San Jon, o grupo de batuque *Finka Pe* foram alguns dos exemplos apresentados.

ACTO PÚBLICO | ROSTOS INVISÍVEIS DA VIOLÊNCIA ARMADA - OITAVO ANIVERSÁRIO DA RESOLUÇÃO 1325 DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

15:00/15:15 | Apresentação do Observatório sobre Género e Violência Armada Tatiana Moura (NEP/CES)

- O OGiVA tem como objectivo realizar estudos, análises e recomendações práticas para políticas e programas sobre feminilidades, masculinidades e (in)segurança em contextos de violência armada, tendo em vista consolidar este campo de análise em Portugal e estabelecer uma plataforma de articulação de pesquisas e projectos neste domínio.
- Dos projectos actualmente em curso, destacam-se o “Projecto de Apoio a Familiares de Vítimas de Chacinas no Rio de Janeiro (com o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania/CESeC, Rio de Janeiro)” (2005-2009), “Rostos Invisíveis” (com o Instituto Marquês de Valle Flôr) (2007-2009); “Mulheres e violências armadas. Estratégias de guerra contra mulheres em contextos de não guerra” (Rio de Janeiro, San Salvador e Medellin) (2007-2009); “Trajectórias de contenção e disseminação da violência na Praia e em Bissau” (2008 2009); e “Dimensões de género da procura e impactos de armas de fogo em Portugal”(2007-2009).
- Além dos projectos de investigação, o OGiVA integra a Rede de mulheres da IANSA; participa no processo da ONU para prevenir, combater e erradicar o comércio ilícito de armas ligeiras e de pequeno calibre (2005, 2006 e 2008).

15:15/16:00 | Projectão e debate da curta-metragem “Uma Mãe como eu”



16:30/17:00 | Cruzando a Resolução 1325/2000 com a agenda de controlo de armas. Sarah Masters (IANSA/Rede de Mulheres)

- A resolução 1325 tem sido utilizada por vários grupos de mulheres em todo mundo como base de *lobby* para a inclusão das preocupações de género em esforços de resolução de conflitos, como processos negociais, e construção de paz, especialmente iniciativas de desmobilização, desarmamento e reintegração (DDR), bem como de prevenção de violência, em particular violência armada.
- Em particular, no domínio do controlo de armas, a resolução tem sido utilizada para reivindicar programas eficazes de prevenção e resposta à violência armada que tenham em conta as necessidades e percepções das mulheres, prevendo nomeadamente mecanismos de consulta e cooperação com organizações de mulheres, formação e educação ao nível de

políticas públicas destas mesmas organizações e apoio a iniciativas locais levadas a cabo por grupos de mulheres, sobretudo no campo do DDR.

- A resolução 1325 tem sido igualmente utilizada em contextos de paz formal como forma de chamar a atenção para as ameaças e inseguranças vividas pelas mulheres nestes contextos, sobretudo no que diz respeito à violência armada, enfatizando as origens comuns das expressões de violência em tempos de guerra e de paz. A tradução real da 1325 implicaria analisar a realidade da violência armada nestas situações e respectivas medidas de resposta e prevenção e redesenhar, com base neste conhecimento, políticas de segurança pública adequadas e inclusivas, nomeadamente programas de combate à violência doméstica.
- A resolução 1325 oferece janelas de oportunidade importantes para quem trabalha sobre os aspectos de género relacionados com a procura de armas ligeiras e a sua integração em políticas de desenvolvimento, segurança e direitos humanos. Através do desenvolvimento e implementação de planos de acção nacionais, a resolução permitirá a participação de mulheres em processos de desarmamento e no desenvolvimento de políticas e programas de prevenção e resposta à disseminação de armas ligeiras.

17:00-17:30 | *O processo de elaboração do Plano de Acção para a implementação da Resolução 1325 em Portugal.*

Teresa Fragoso (Presidência do Conselho de Ministros)

- Em Julho de 2008, foi criado um grupo de trabalho com representantes da Presidência do Conselho de Ministros, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério da Defesa Nacional, Ministério da Administração Interna e Ministério da Justiça, com o propósito de iniciar o processo de elaboração do Plano e garantir uma boa articulação dos mecanismos governamentais com responsabilidades nas áreas focadas pelas Resoluções.
- O grupo de trabalho iniciou o processo de elaboração do Plano com uma consulta pública a vários actores da sociedade civil que trabalham com e sobre mulheres, tais como ONGs, Centros de Investigação e outros, estando actualmente em fase de sistematização dos contributos recolhidos e de elaboração de um *draft* de Plano de Acção, que será posteriormente posto a discussão pública.

17:30-18:00 | *O regime jurídico português das armas e munições: balanço da sua aplicação e aplicabilidade*

Rui Sá Gomes (Secretário de Estado da Administração Interna)

Questão

- 1) Qual é a avaliação que faz da legislação sobre armas e munições actualmente em vigor e alterações sugeridas recentemente?
- Entre as inovações introduzidas pela Lei 5/2006 estão a introdução de um novo sistema de classificação de armas de fogo segundo o seu grau de perigosidade, a consagração de regras de segurança na detenção, guarda e uso de armas de fogo, a regulação da actividade de armeiro, e a exigência de formação prévia obrigatória para portadores e utilizadores de armas de pequeno porte e armeiros (iniciação e actualização) e a previsão de um manifesto voluntário de armas de fogo, no qual cerca de 6000 foram entregues.

- Relativamente ao balanço da implementação da lei em vigor, foram realizadas, em 2008, em Lisboa, Setúbal, Porto, Coimbra e Faro cerca de 163 operações especiais de prevenção criminal que resultaram na apreensão de 3 mil armas, 68% das quais armas de fogo, na sua maioria armas de caça modificadas, armas de alarme, armas de calibre 6.35 e ainda armas de classe D não manifestadas. As armas automáticas apreendidas, com uma percentagem residual, eram de origem suíça e balcânica.
- A actual proposta de alteração da Lei em discussão, sujeita à aprovação da Assembleia da República, contempla o agravamento de penas em caso de detenção de arma proibida e crimes com recurso a arma, bem como o alargamento da aplicação de pena preventiva; a redução da idade mínima para licença de porte e uso de arma de classe D – caça – (de 18 para 16 anos), desde que devidamente acompanhados pelo poder paternal; a ampliação dos cursos de iniciação e actualização de armas para os requentes de licença de uso e porte de arma eléctrica; a obrigatoriedade de actualização de licença de uso e porte de arma de classe D a cada 10 anos; o aperfeiçoamento do regime de detenção de armas, com a instituição da obrigatoriedade de cofre não portátil; a adequação do limite máximo de munições; a instituição de um tiro de teste obrigatório, tendo em vista a criação de um banco de armas de fogo em Portugal e permitir um mais fácil rastreio das armas no futuro; e a centralização de dados referentes a e tratamento de dados referentes às armas de pequeno porte na PSP.

18:00-18:30 | Sessão de encerramento

Questões/sugestões suscitadas pelos participantes

- É importante adoptar uma visão mais ampla da violência nas relações sociais, que vá além da consumação efectiva de crimes, bem como de repensar as concepções de violência.
- É importante estabelecer parcerias entre entidades oficiais neste domínio (forças policiais e governamentais, por exemplo), academia e ONG. Para tal, em termos estratégicos, seria útil apostar no conhecimento/apresentação do problema e depois estreitar relação de confiança entre os vários actores.
- Além da cooperação entre os vários actores, nomeadamente em termos de troca de dados e informações, é necessário associar as armas utilizadas aos crimes praticados, sendo importante estudo de vitimização.
- A sociedade civil tem um papel importante a desempenhar na produção de conhecimento neste domínio, pelo acesso facilitado que tem relativamente às populações e pela credibilidade que lhes é reconhecida.
- Um elemento a ter em conta na investigação são as percepções de (in)segurança da população. Além de estudos quantitativos, é importante investir no estudo/levantamento de percepções sobre armas de pequeno porte em Portugal, nomeadamente recorrendo aos inquéritos de percepções utilizados pelas Nações Unidas.
- Ao estudar a presença e acesso a armas de pequeno porte em Portugal usando dados estatísticos, nomeadamente aqueles fornecidos pelas entidades oficiais, como nos Relatório de Segurança Interna, é preciso estar alerta para as alterações nas classificações policiais – por exemplo, até 2000, um roubo de multibanco era considerado roubo, sendo actualmente rotulado como sequestro.
- Outro elemento importante a ter em conta na análise (oferta, procura e impactos) são as armas de caça. Em Espanha, por exemplo, as armas de caça são as mais utilizadas em situações de violência doméstica. Ao mesmo tempo, as armas de caça e respectivas munições não estão regulamentadas ao nível internacional.

- A realidade do acesso, disseminação e uso de armas de fogo em Portugal dada a conhecer pela comunicação social tende a privilegiar episódios violentos protagonizados por estrangeiros. Ao realizar uma investigação sobre a realidade das armas de pequeno porte em Portugal é importante evitar as imagens e discursos feitos, procurando contrariar os estereótipos com dados credíveis e rigorosos.
- Neste sentido, é necessário desmontar o discurso de culpabilização e vitimação da violência e do contrato social (“condenados ao andaime”), recusando as narrativas que retratam o problema das armas de fogo em Portugal como tendo origem nas periferias dos grandes centros urbanos e dando visibilidade a casos de resiliência e formas alternativas de inclusão nestas comunidades.
- Uma vez que, segundo dados da OCDE, Portugal é o terceiro país desenvolvido com maiores índices de mortalidade armada, é igualmente importante para o retrato do caso português investir na análise e resposta à violência armada enquanto problema de segurança pública.
- Para tal, é indispensável apoiar a investigação qualitativa em dados quantitativos, pois os números, tal como os conceitos são uma arma.

